



HB SAÚDE S/A

CNPJ 02.668.512/0001-56
Relatório da Administração

A HB Saúde S.A. é uma empresa do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica, controlada pela Hapvida Assistência Médica S.A., uma das maiores operadoras de planos de saúde do Brasil. O Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica é uma rede de operadoras, hospitais e clínicas que tem um modelo verticalizado, que combina oferta de planos de saúde com atendimento preferencialmente em rede própria, constituindo um grande diferencial para os seus beneficiários. A cultura do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica valoriza a excelência operacional, o controle de custos, a inovação e, sobretudo, a qualidade assistencial. O Grupo que se consolida como uma das maiores empresas de planos de saúde do Brasil. Mesmo diante de um cenário global e doméstico ainda desafiador, o Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica foi capaz de demonstrar seu compromisso com um modelo de negócio sustentável e resiliente em 2025.

1) Política de destinação de lucros: A política de reinvestimento de lucros e distribuições está de acordo com a Lei nº 6.404/76 (Sociedade por Ações) e com o estatuto social da Companhia. **2) Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na "performance" da sociedade e no resultado do exercício.** **Capacidade financeira:** A Companhia e suas controladas finalizaram o exercício de 2025 com R\$ 86.127 milhões em caixa (R\$ 83.601 bilhões em 2024) sendo parte em disponível e parte em aplicações financeiras (aplicações livres R\$ 41 mil e R\$ 79.821 milhões em aplicações garantidoras de provisões técnicas). A Companhia e suas controladas possuem intenção e capacidade de manter até o vencimento todos os títulos classificados na categoria de mantidos até o vencimento. A Operadora dispõe e tem capacidade financeira suficiente para cumprir as obrigações, junto a ANS e seus fornecedores. **Performance de resultado:** Nossa receita líquida anual alcançou R\$ 288.145 milhões em 2025 (R\$ 305.867 milhões em 2024), uma diminuição de 6% em comparação com o exercício anterior. Os eventos indenizáveis totalizaram R\$ 181.822 milhões em 2025 (R\$ 295.269 milhões em 2024), apresentando uma diminuição de 38% em comparação com o exercício anterior. As despesas administrativas totalizaram R\$ 51.039 milhões em 2025 (R\$ 51.453 milhões em 2024) apresentando um crescimento de 1% em comparação com o exercício anterior. As despesas comerciais totalizaram R\$ 6.013 milhões em 2025 (R\$ 6.012 milhões em 2024) mantendo-se praticamente estáveis em comparação com o exercício anterior. O resultado financeiro totalizou R\$ 20.154 milhões em 2025 (R\$ 10.497 milhões em 2024), apresentando um aumento de 92% em comparação com o exercício anterior. O resultado líquido totalizou R\$ (46.086) milhões em 2025 em comparação ao resultado líquido de R\$ (19.627) milhões em 2024. Em função do exposto acima, a Administração entende que os resultados operacionais estão em linha com a estratégia do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica. Apresentamos a seguir a avaliação sobre as principais rubricas que compõem a medição EBTIDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*),

através do qual é possível avaliar o quanto a Companhia e suas controladas estão gerando com suas atividades operacionais sendo eficiente/competitiva na gestão do seu negócio principal, não incluindo movimentações ligadas às atividades de investimento e financiamento, bem como tributos sobre o lucro.

	2025	2024
Resultado líquido	(46.086)	(19.627)
(+) Depreciação e amortização	8.643	5.221
(-) Resultado financeiro líquido	(20.154)	(10.497)
(+) Imposto de renda e contribuição social	2.790	4.843
EBTIDA	(54.807)	(20.606)
Margem Ebtida	-190%	-66%

3) Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto: A Companhia e suas controladas realizaram os seguintes eventos de reestruturação societária no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 com o intuito de simplificar a estrutura societária.

	Participação societária				
	31 de dezembro de				
	2025	2024			
Principal atividade	Direta	Indireta	Direta	Indireta	
HB Saúde Centro de Diagnóstico Ltda.	Saúde	100%	–	37,90%	0,01%
HB Saúde Prestação de Serviços Médicos Ltda.	Saúde	100%	–	99,99%	0,01%
Centro Integrado de Atendimento Ltda.	Saúde	100%	–	99,51%	0,49%

4) Perspectivas e planos da Administração para os exercícios seguintes: Para 2026, a HB Saúde S.A. tem como objetivo refinar seus processos internos, com foco na continuidade de seu desenvolvimento tecnológico e administrativo. A Administração planeja implementar iniciativas que visem aprimorar a eficiência de custos, garantindo simultaneamente a manutenção da qualidade assistencial e a acessibilidade aos cidadãos brasileiros. Além disso, será priorizada a capacidade da equipe e a adoção de inovações que contribuam para um atendimento mais eficaz e humanizado, alinhado às melhores práticas do setor de saúde. Essas ações visam fortalecer a posição da Companhia no mercado e promover um crescimento sustentável a longo prazo.

5) Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocado, inclusive aqueles voltados aos programas de investimento e prevenção à saúde: No exercício social de 2025, a Companhia realizou investimento relevante na investida ABCD Ltda., mediante aquisição de participação societária adicional que resultou no aumento de sua participação de 37,90% para 100% do capital social,

	Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado		
Balancos patrimoniais	N.E.	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Disponível		3.546	3.425	6.265	4.076
Realizável					
Aplicações financeiras	5				
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		79.821	79.487	79.821	79.487
Aplicações livres		41	38	41	38
		79.862	79.525	79.862	79.525
Créditos de operações com planos de assist. à saúde	6				
Contraprestação pecuniária a receber		7.087	6.565	7.087	6.565
Participação de beneficiários em eventos indenizáveis		765	1.611	765	1.611
Operadoras de planos de assistência à saúde		3.090	–	3.090	–
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		2	30	2	30
		10.944	8.206	10.944	8.206
Créditos de oper. assist. à saúde Não relacionados com planos de saúde da operadora		–	–	494	9.586
Créditos tributários e previdenciários	7	13.804	7.481	19.640	9.158
Bens e títulos a receber	8	10.310	1.304	1.039.358	18.706
Total realizável		114.920	96.516	1.150.298	125.181
Total do ativo circulante		118.466	99.941	1.156.563	129.257
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e créditos a receber		3.893	–	3.893	–
Depósitos judiciais e fiscais	14	10.772	3.784	11.088	3.973
Outros créditos a receber e direitos a longo prazo		–	1.369	10	1.013.389
Total realizável a longo prazo		14.665	5.153	14.991	1.017.362
Investimentos	9	1.056.429	641.388	13	641.392
Participações societárias pelo método de equivalência Patrimonial		1.056.419	291.378	–	291.379
Participações societárias em rede assistencial		1.054.896	289.855	–	289.856
Participações societárias pelo método de custo		1.523	1.523	–	1.523
Outros investimentos		10	350.010	13	350.013
Imobilizado	10	53.913	54.966	78.216	77.386
Imóveis de Uso Próprio		50.486	52.379	51.608	53.553
Imóveis - Hospitalares/Odontológicos		44.804	46.697	45.926	47.871
Imóveis - Não Hospitalares/Odontológicos		5.682	5.682	5.682	5.682
Imobilizado de Uso Próprio		1.913	2.296	21.643	21.070
Imobilizado - Hospitalares/Odontológicos		–	–	3.279	1.964
Imobilizado - Não Hospitalares/Odontológicos		1.913	2.296	18.364	19.106
Imobilizações em curso		910	230	910	230
Direito de uso de arrendamentos		604	61	4.055	2.533
Intangível		40	86	1.581	109
Total do ativo não circulante		1.125.047	701.593	94.801	1.736.249
Total do ativo		1.243.513	801.534	1.251.364	1.865.506

	Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método direto				
	Controladora		Consolidado		
Balancos patrimoniais	N.E.	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Circulante					
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	11				
Contraprestações		39.191	8.965	39.191	8.965
Contraprestação Não Ganha - PPCNG		5.603	5.994	5.603	5.994
Provisão de Insuficiência de Prêmios		33.588	2.971	33.588	2.971,00
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		15.767	7.042	15.767	7.042
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		17.704	19.425	9.436	19.425
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		46.173	36.221	46.173	36.221
		118.835	71.653	110.567	71.653
Débitos de Operações de Assistência à Saúde					
Contraprestações		–	–	–	–
Receita Antecipada de Contraprestações		310	226	310	226
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		56	32	56	32
		366	258	366	258
Tributos e encargos sociais a recolher	12	1.564	1.387	5.291	3.501
Débitos diversos	13	2.317	2.271	12.982	11.776
Total do passivo circulante		123.082	75.569	129.206	87.188
Não circulante					
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	11				
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		4.253	–	4.253	–
		4.253	–	4.253	–
Provisões					
Provisões para Ações Judiciais	14	4.119	3.447	4.119	3.447
		4.119	3.447	4.119	3.447
Débitos diversos	13	436	–	2.163	1.245
Total do passivo não circulante		8.808	3.447	10.535	4.692
Patrimônio líquido	15				
Capital Social		754.855	386.855	754.855	1.070.619
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		11.500	359.000	11.500	709.000
Reservas					
Reservas de Reavaliação		414.920	229	414.920	–
		414.920	229	414.920	–
Lucros (Prejuízos) Acumulados		(69.652)	(23.566)	(69.652)	(5.993)
Total do Patrimônio líquido		1.111.623	722.518	1.111.623	1.773.626
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.243.513	801.534	1.251.364	1.865.506

totalizando o montante de R\$ 415,2 milhões. O investimento teve como principal objetivo a adequação e otimização do fluxo operacional entre centros médicos e hospitalares, promovendo maior integração assistencial, ganhos de eficiência, racionalização de custos e fortalecimento da estratégia verticalizada da Companhia, contribuindo para a melhoria dos programas de promoção e prevenção à saúde. Os recursos alocados foram provenientes de geração própria de caixa e disponibilidades financeiras da Companhia. **6) Resumo dos acordos de acionistas:** Não há acordos de acionistas para Companhia. **7) Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento:** A Companhia atua com foco na assistência e no acesso dos seus beneficiários aos produtos e serviços comercializados, orientados pela qualidade e segurança assistencial e com equilíbrio econômico e financeiro. A Companhia atua para o cumprimento dos acordos comerciais e das suas obrigações junto aos seus fornecedores, prestadores de serviços, colaboradores, parceiros e demais, com histórico de adimplência e liquidez que sustente essa operação com geração própria de caixa suficiente para a sua manutenção e investimentos, sem ofender os vencimentos pactuados e possibilitar a continuidade da Companhia. **8) Emissão de debêntures:** A Companhia não emitiu debêntures no exercício de 2025. **9) Investimentos da Companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício:** Os investimentos citados no item 5 foram realizados para atender o funcionamento e atividades das empresas da qual participa do quadro societário com atuação na assistência médica dos clientes da operadora. **10) Declaração de não ocorrência de operações suspeitas:** Para fins de atendimento ao disposto no inciso III do art. 11 da Lei 9.613 de 3 de março de 1998, comunicamos a não ocorrência, no período indicado abaixo, de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. **Considerações finais:** A Companhia e o Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica do qual ela faz parte, tem usado toda a experiência de mais de 40 anos de gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre. A Administração da Companhia reitera que confia no seu modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas de 2025 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores de serviços e odontológicos, parceiros de negócios, demais stakeholders e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas.

	Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método direto			
	Controladora		Consolidado	
Atividades operacionais	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
(+) Recebimento de planos saúde	355.015	349.210	527.923	749.499
(+) Resgate de aplicações financeiras	115.943	93.156	115.943	93.157
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	32	35	47	39
(+) Outros recebimentos operacionais	13.273	11.855	14.017	12.513
(-) Pagamento a fornecedores/ Prestadores de serviço de saúde	(359.005)	(943.732)	(499.975)	(1.068.979)
(-) Pagamento de comissões	(5.455)	(5.751)	(5.455)	(5.751)
(-) Pagamento de pessoal	(11.985)	(10.413)	(36.812)	(35.562)
(-) Pagamento de tributos	(2.046)	(6.592)	(7.359)	(6.870)
(-) Pagamento de processos judiciais (Cíveis/Trabalhistas/ Tributárias)	(2.625)	(2.220)	(2.658)	(2.220)
(-) Pagamento de aluguel	–	(119)	(29)	(158)
(-) Aplicações financeiras	(107.025)	(104.680)	(107.025)	(104.680)
(-) Outros pagamentos operacionais	(16.015)	(19.669)	(16.442)	(20.212)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(19.893)	(638.920)	(17.825)	(389.224)
Atividades de investimentos				
(-) Outros pagamentos das atividades de investimento	(486)	(1.872)	(486)	(1.872)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(486)	(1.872)	(486)	(1,872)
Atividades de financiamento				
(+) Integralização de capital em dinheiro	20.500,00	640.000	20.500	1.400.000
(+) Recebimento - Empréstimos/ Financiamentos	–	–	–	(1.009.449)
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	–	–	–	1
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos	–	–	–	477
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	–	–	–	(654)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	20.500	640.000	20.500	390.375
Varição de Caixa e Equivalente de Caixa	121	(792)	2.189	(721)
CAIXA - Saldo inicial	3.425	4.217	4.076	4.797
CAIXA - Saldo final	3.546	3.425	6.265	4.076
Ativos Livres no Início do Período	3.463	4.257	4.076	4.797
Ativos Livres no Final do Período	3.587	3.463	6.306	4.076
Aumento nas Aplic. Financ. - Recursos Livres	124	(794)	2.230	(721)
	(124)	794	(2.230)	721

Companhia é apresentada conforme disposto a seguir:

	Quantidade de ações	(%) Participação
Hapvida Assistência Médica Saúde S.A.	10.629.961	99,98%
Não controlador	2.000	0,02%
	10.631.961	100,00%

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando normalmente e está convencida de que possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 23 de fevereiro de 2026. **2. Outros assuntos: 2.1. Riscos atrelados as mudanças climáticas:** A Companhia e suas controladas promoveram um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas. Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico. A Companhia e suas controladas trabalham para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo. Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as apólices de seguros da Companhia e suas controladas incluem cobertura para eventos extremos. O aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes da queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Companhia e suas controladas. Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação. Até 31 de dezembro de 2025, não foram identificados pela Administração da Companhia impactos relevantes decorrentes de riscos atrelados a mudanças climáticas nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, no que tange a: i) *impairment* de ativos não financeiros; ii) instrumentos financeiros; iii) Provisões e passivos contingentes; iv) mensurações de valor justo; v) impostos diferidos; vi) julgamentos e estimativas relevantes; ou de quaisquer outros impactos. **2.2. Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA reparado ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, a ser sancionada pelo presidente da República. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 20

→ continuação

4. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: 4.1. Declaração de conformidade: (a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa - RN nº 528, de 29 de abril de 2022. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.3. **4.2. Conversão de moeda estrangeira: Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro". **4.3. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas e estão em conformidade com a Resolução Normativa RN nº 528/2022. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(a) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 6** - Provisão para perdas de contas a receber. Reconhecimento e mensuração de passivos relacionados aos custos assistenciais que ainda não foram informados pelos prestadores de serviços, conforme Resolução Normativa RN 528/22. **Nota explicativa nº 11** - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos relacionados aos custos assistenciais que ainda não foram informados pelos prestadores de serviços, conforme Resolução Normativa RN 528/22. **Nota explicativa nº 14** - Provisões para ações judiciais. A Companhia e suas controladas é parte em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária, cível e regulatória, na qual constitui provisões contábeis em relação às demandas com probabilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada através da avaliação de evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. **(b) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 6** - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes, conforme Resolução Normativa RN 528/22. **Nota explicativa nº 10** - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, consequentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do exercício. **Nota explicativa nº 11** - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos relacionados aos custos assistenciais que ainda não foram informados pelos prestadores de serviços, conforme Resolução Normativa RN 528/22. **Nota explicativa nº 14** - Provisões para ações judiciais. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos. **4.4. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Aplicações financeiras. **4.5. Principais políticas contábeis:** A Companhia e suas controladas aplicam as políticas contábeis descritas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação contrária. **4.5.1. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder de exercício em relação à investida. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem todas as controladas diretas e indiretas da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa 3. **(f) Combinação de negócios:** Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para Companhia. A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se o pagamento for classificado como instrumento patrimonial, então ele não é remensurado e a liquidação é registrada no patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório, e as alterações subsequentes ao valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício. **(ii) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(iii) Participação de acionistas não controladores:** A Companhia elegeu mensurar a participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **(iv) Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **(v) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações em intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **4.5.2. Reconhecimento de receitas e custos operacionais:** A Companhia e suas controladas atuam no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica. Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 - Contratos com clientes e a Resolução Normativa RN 528/2022. **(i) Reconhecimento de receitas operacionais:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que

benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As receitas de contraprestações, na modalidade de preço preestabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (pro rata die). Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no subitem "Provisão de contraprestação não ganha - PPC-NG", conforme destacado na nota explicativa 11, classificada no passivo circulante. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência. **(ii) Receitas de contratos com clientes:** Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Os planos de assistência à saúde e odontológicos são tratados de acordo com a política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 - Contratos com clientes. **(iii) Receitas de contraprestações:** Os serviços de assistência à saúde e odontológica são realizados por meio de seus hospitais e rede credenciada. A Companhia e suas controladas avaliaram que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo, dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - pro rata die - do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. **(iv) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados:** Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas) são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos. **4.5.3. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem: • Receita de juros; • Despesas de juros; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Ganhos/perdas líquidos de instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e • Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja já mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **4.5.4. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão em que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Não foram realizadas reduções aos ativos fiscais diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(iii) Implementação global das regras do modelo "Pilar Dois" da OCDE:** Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. A aplicação das regras e a determinação do impacto serão provavelmente muito complexos, o que coloca uma série de desafios práticos. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. Até a presente data, o Brasil ainda não endossou as regras do modelo Pilar Dois em sua legislação local. A Companhia e suas controladas esperam não ser materialmente afetadas por essas regras. **4.5.5. Imobilizado:** Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. A Companhia e suas controladas revisam o valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação no encerramento de cada exercício e os ajustam de forma prospectiva, quando for o caso. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **4.5.6. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos

intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se houver. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **4.5.7. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos Financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao Custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes ("ORA"). Essa escolha é realizada através da análise de cada investimento, individualmente. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenderia aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descalçamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, pois isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Objetiva identificar se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Ativos financeiros VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre

um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou ainda na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retêm o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.5.8. Informações por segmento:** A Companhia e suas controladas atuam no setor de saúde suplementar e direcionam sua estratégia à prestação dos serviços de forma verticalizada, em que o atendimento ao beneficiário é prioritariamente realizado em rede própria de atendimento, e proporciona assistências médica e odontológica, operando em apenas um segmento operacional, cujos resultados operacionais e financeiros são regularmente revistos pelo Conselho de Administração de forma agregada, sobre a qual conduz sua tomada de decisões. Embora a Companhia e suas controladas tenham em sua estrutura diversos hospitais, clínicas e outras unidades de atendimento, eles funcionam como executores dos serviços demandados pelos clientes dos planos de saúde e odontológicos das operadoras pertencentes a Companhia e suas controladas, dentro do modelo integrado de verticalização, no qual o objetivo final é maximizar a geração de valor consolidado (operadora de planos de saúde/odontológica + unidades de atendimento médico) para seus acionistas. A Administração determinou que a Diretoria Estatutária é representada pelo Chief Operating Decision Maker (CODM). Este recebe e analisa informações sobre os resultados operacionais e financeiros do negócio e toma as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços de forma centralizada. Toda a receita da Companhia e suas controladas são derivadas de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas por contrato de clientes. Além disso, todos os ativos circulantes da Companhia e suas controladas estão localizados no Brasil. Os resultados não flutuam com base na sazonalidade. **4.5.9. Disponível:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. Para efeitos de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componentes de caixa e equivalentes de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo, compondo integralmente na gestão de caixa da Companhia e de suas controladas. **4.5.10. Perda de recuperabilidade sobre créditos:** A Companhia constitui provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos por meio da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa - RN 528/22. A perda de recuperabilidade sobre créditos relacionados com planos de saúde é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos de pessoas física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração. Para os créditos não relacionados com planos de saúde, é constituída perda de recuperabilidade de créditos para saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração. **4.5.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, nos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **4.5.12. Investimentos - controladas:** A participação societária que a Companhia possui em suas controladas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e está registrada na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial" na demonstração do resultado. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia. **4.5.13. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que refleta o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos nesse modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nesses orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e nesses orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa a qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **4.5.14. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a

continua →

★ continuação

Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que refletem, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. (i) **Provisão para ações judiciais:** A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. (ii) **Contratos onerosos:** Se a Companhia e suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato. Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base: No custo de cumprir o contrato; ou No custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento dos contratos; dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato. (iii) **Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:** Constituídas de acordo com Resoluções Normativas emitidas pela ANS, essas provisões são representadas pela: Provisão de prêmio contraprestação não ganha (PPCNG) (Resolução Normativa RN 393/2015, RN 442/2018 e RN 472/2021): é calculada pro rata die, com base nos prêmios dos planos de saúde e odontológicos, representando o valor cobrado pela operadora proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do próprio mês em que a vigência de cobertura do risco foi iniciada em benefício do cliente. Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS (Sistema Único de Saúde): é calculada a partir das notificações enviadas pelo SUS, representando a restituição das despesas em eventual atendimento de seus beneficiários que já foram efetivamente cobradas, uma estimativa de futuras notificações de cobranças que estão em processo de análise, calculadas conforme decisão judicial obtida pela Companhia para adoção de metodologia própria. Provisão para eventos a liquidar: é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente. Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (Resolução Normativa RN 393/2015, RN 442/2018 e RN 476/2021): é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Provisão para eventos ocorridos e não avisados para SUS (PEONA-SUS): é calculada a partir da estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados. O montante calculado é informado, mensalmente, no sítio institucional da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sendo adotada, pela Companhia, a contabilização de 12/24 avos do montante, tal como permitido pela Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) nº 528/22. Provisão para remissão (Resolução Normativa RN 393/2015): é constituída para os beneficiários que ficarem isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato. Provisão de Insuficiência de Contraprestações (PIC (Resolução Normativa RN 442/2018)): para os seguros de saúde, tem como objetivo apurar a insuficiência de contraprestações/prêmios para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer. A provisão é calculada a partir de metodologia definida no anexo VII da resolução normativa 393, para as operadoras que não possuem metodologia atuarial própria. Para o cálculo leva-se em consideração: (i) o FIC (Fator de Insuficiência de Contraprestações), obtido através da soma dos eventos indenizáveis, acrescidos das despesas administrativas totais e de comercialização com a dedução dos totais de multas administrativas, divididos pela soma de contraprestações efetivas; (ii) A base de cálculo da provisão será o somatório das contraprestações efetivas dos 12 meses, incluindo a competência do cálculo; (iii) todos os contratos médico-hospitalares na modalidade de preço preestabelecido, contemplando as segmentações individual, coletivo por adesão e coletivo empresarial.

4.5.15. Arrendamentos: No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. A Companhia e suas controladas avaliam se os contratos celebrados são ou contém elementos de arrendamentos, e reconhece os direitos de uso dos ativos arrendados e passivo para fluxo futuro dos contratos celebrados, são eles aqueles que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental calculada pela Companhia e suas controladas. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo diferido de uso em ambiente econômico similar. A Companhia e suas controladas são arrendatárias de diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos hospitalares e equipamentos de TI. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, há alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, a Companhia e suas controladas alteram sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão, há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de

9. Investimentos: (a) Composição - investimento em controladas

Empresa investida	Patrimônio Líquido		% de participação	Resultado de equivalência patrimonial		Investimentos
	31 de dezembro de 2025	2024		31 de dezembro de 2025	2024	
Centro Integrado de Atendimento Ltda.	133	47	99,51%	48	(164)	133
HB Saúde Centro de Diagnóstico Ltda.	1.016.888	12.954	100,00%	8.553	283	1.016.889
HB Saúde Prestação de Serviços Médicos Ltda.	37.875	1.528	100,00%	2.600	11.131	37.874
Outros investimentos	-	-	0,00%	-	-	1.533
				11.201	11.250	1.056.429

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da HB SAÚDE S/A

(b) **Movimentação do investimento**

	Saldo em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Reorganização societária - aquisição de controle	Efeito de diluição na participação em controladas	Outros	Saldo em 31/12/2025
Centro Integrado de Atendimento Ltda.	85	48	-	-	-	-	133
HB Saúde Centro de Diagnóstico Ltda.	600.995	8.553	(8.500)	415.200	434	207	1.016.889
HB Saúde Prestação de Serviços Médicos Ltda.	37.774	2.600	(3.500)	-	-	-	37.874
Outros investimentos	1.533	-	-	-	-	-	1.533
	641.387	11.201	(12.000)	415.200	434	207	1.056.429

10. Imobilizado: (a) Composição: A composição do ativo imobilizado é conforme a seguir apresentada:

	Consolidado	
	Taxa média anual de depreciação	Depreciação acumulada
Imobilizações de uso próprio		
<i>Hospitalares/Odontológicos</i>		
Imóveis	3,08%	48.647
Equipamentos hospitalares	10,60%	8.268
Instalações	9,60%	8
Móveis e utensílios	10,75%	217
Subtotal	57.140	(7.935)
<i>Não Hospitalares/Odontológicos</i>		
Imóveis	2,86%	5.682
Equipamentos de informática	16,71%	2.512
Instalações	9,10%	12.524
Máquinas e acessórios	10,04%	10.061
Móveis e utensílios	10,06%	3.447
Veículos	24,02%	44
Subtotal	34.270	(10.224)
Imobilizações em curso		
Imobilizados em curso	910	-
Subtotal	910	-
Direito de Uso de Arrendamentos		
Direito de Uso de Arrendamentos	10,26%	5.000
Subtotal	5.000	(945)
Total	97.320	(19.104)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2025
Imobilizações de uso próprio		
<i>Hospitalares/Odontológicos</i>		
Imóveis	47.872	-
Benefeitorias	1.132	59
Equipamentos hospitalares	-	(561)
Móveis e utensílios	831	817
Subtotal	49.835	876
<i>Não Hospitalares/Odontológicos</i>		
Imóveis	5.682	-
Equip.de informática	479	76
Instalações	11.947	-
Máquinas e acessórios	6.419	3.018
Móveis e utensílios	261	9
Veículos	-	-
Subtotal	24.788	3.103
Imobilizações em curso		
Imobilizados em curso	230	680
Subtotal	230	680
Direito de Uso de Arrendamentos		
Direito de Uso de Arrendamentos	2.533	2.220
Subtotal	2.533	2.220
Total	77.386	6.879

4.5.16. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. **4.5.17. Teste de adequação de passivos (TAP):** A Companhia e suas controladas elaboram o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para todos os contratos vigentes a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado anualmente e revisado trimestralmente, considerando estimativas correntes de fluxos de caixa futuro, utilizando a data-base referência de clientes ativos, sem novos entrantes. A metodologia projeta entradas e saídas de recursos financeiros, considerando os reajustes técnicos e financeiros, alteração de valor por mudança de faixa etária, variação nos custos assistenciais, despesas administrativas e comerciais, retornos dos investimentos e valor do dinheiro no tempo utilizando a taxa de desconto Estruturas a Termo das Taxas de Juros livres de risco (ETTJ). O Teste de Adequação de Passivos realizados foi segregado para as carteiras de planos individuais, coletivos empresariais e coletivos por adesão. O teste efetuado de adequação de passivos não demonstrou insuficiência. Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia e suas controladas registram a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, primeiramente reduzindo os custos de aquisição até o limite de zero e depois constituindo provisões adicionais aos passivos já registrados na data do teste.

4.5.18. Alterações de novas normas que ainda não estão em vigor: Novas normas ou alterações de normas e interpretações serão aplicáveis quando referendadas pela ANS. **CPC 50 - Contratos de seguros:** Com a emissão do CPC 50, em substituição ao CPC 11 - Contratos de Seguro, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. A Companhia e suas controladas estão avaliando a efetiva aplicabilidade da referida Norma, considerando a sua estratégia de negócios amparada na "verticalização" de suas operações, o que a torna, essencialmente prestadora de serviço de assistência à saúde. Esta norma é vigente a partir 1º de janeiro de 2023 e a data de transição 1º de janeiro de 2022, sendo que os efeitos de transição impactam diretamente a rubrica de Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido. **5. Aplicações financeiras:** Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

	Remuneração média mensal	Vencimento	Controladora	
			31 de dezembro de 2025	2024
Títulos públicos e privados				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	102%	Janeiro/2027	41	32
Subtotal - Títulos públicos			41	32
Fundos de investimentos				
Renda fixa - ativos garantidores (a)	93,6%	Sem vencimento do CDI cimento	79.821	79.487
Renda fixa - não exclusivos	102%	Sem vencimento do CDI cimento	-	6
Subtotal - Fundos de investimentos			79.821	79.493
Total			79.862	79.493
Circulante			79.862	79.525
Não circulante			-	-

As aplicações estão classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Independentemente do vencimento, a Companhia contabiliza as aplicações financeiras no ativo circulante. (a) Em conformidade com a Resolução Normativa RN 521/22 da ANS, a Operadora mantém aplicações financeiras vinculadas e lastreadas para a cobertura das Reserva Técnicas. **6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde:** O saldo de contas a receber de clientes refere-se às operações com plano de saúde e de serviços relacionados à assistência à saúde, gerado pelas operações da Companhia em 31 de dezembro de 2025, conforme segue:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2025	2024
Contraprestação pecuniárias a receber - individual	5.209	9.663
Contraprestação pecuniárias a receber - coletivo	8.303	5.506
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis - coletivo	10	1.611
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	30
Subtotal	13.522	16.809
(-) Provisão para perdas sobre crédito	(2.578)	(8.603)
Total	10.944	8.206

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	2024	31 de dezembro de 2025	2024
A vencer	4.313	4.989		
Vencidos	9.209	11.820		
Até 30 dias	6.056	2.423		
De 31 a 60 dias	961	1.215		
De 61 a 90 dias	279	355		
Acima de 91 dias	1.913	7.827		
Total	13.522	16.809		

A movimentação da provisão para perda no valor recuperável de contas a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	8.603	7.348
Constituições	2.854	3.020
Reversões e baixas	(8.879)	(1.765)
Saldo no final do exercício	2.578	8.603

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2024	
	2025	2024	2025	2024
Encargos sociais	300	362	1.211	1.247
PIS e COFINS	299	3	729	294
IR/ISS/PIS/COFINS/INSS retidos	960	1.021	3.345	1.961
Outros	5	-	6	-
	1.564	1.387	5.291	3.501
Circulante	1.564	1.387	5.291	3.501
Não circulante	-	-	-	-

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2024	
	2025	2024	2025	2024
Constituições/(Reversões)	-	-	-	-
Atualizações	-	2.609	-	2.609
Liquidações	-	(929)	-	(284.687)
31 de dezembro de 2025	5.603	20.020	17.704	46.173

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2024	
	2025	2024	2025	2024
Dividendos/JCP a pagar	4	4	4	1.269
Obrigações sociais	1.523	1.645	5.982	5.671
Fornecedores	547	543	4.713	3.064
Créditos com clientes	8	(6)	8	-
Arrendamentos a pagar	658	77	4.425	3.007
Outros débitos a pagar	13	-	13	-
	2.753	2.271	15.145	13.021
Circulante	2.317	2.271	12.982	11.776
Não circulante	436	-	2.163	1.245

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2024	
	2025	2024	2025	2024
Dividendos/JCP a pagar	4	4	4	1.269
Obrigações sociais	1.523	1.645	5.982	5.671
Fornecedores	547	543	4.713	3.064
Créditos com clientes	8	(6)	8	-
Arrendamentos a pagar	658	77	4.425	3.007
Outros débitos a pagar	13	-	13	-
	2.753	2.271	15.145	13.021
Circulante	2.317	2.271	12.982	11.776
Não circulante	436	-	2.163	1.245

14. Provisões para ações judiciais: A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos que tramitam perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis e contingências com a agência reguladora (ANS). A Companhia e suas controladas provisionam a totalidade dos processos judiciais e administrativos classificados como risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas.

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	
	2025	2024
Tributárias e regulatórias	1.143	1.113
Cíveis	2.762	2.112
Trabalhistas	214	222
	4.119	3.447

Detalhamos abaixo a movimentação ocorrida em provisão para riscos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	
	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024	886	94
Adições/(reversões), líquidas	94	(308)
Pagamentos	-	4.119
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.119	4.119

A Companhia e suas controladas discutem outras ações para as quais a estimativa dos assessores jurídicos é de perda possível, não constituindo provisão contábil. Abaixo é apresentada a composição dos valores de risco de temas oriundos de processos judiciais e administrativos, classificados com prognóstico de perda possível, em que figura como parte a Companhia e suas controladas, concernente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	
	2025	2024
Tributárias e regulatórias	590	2.535
Cíveis	2	

→ continuação Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da HB SAÚDE S/A

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	2024	31 de dezembro de 2025	2024
Despesas financeiras				
Desconto concedidos	-	-	(9)	-
Atualização monetária	(2.210)	(1.048)	(2.289)	(1.085)
Encargos sobre tributos	(18)	(16)	(18)	(16)
Tarifas bancárias	-	-	(68)	(68)
Juros de direito de uso	(142)	-	(599)	-
Juros sobre empréstimos	(23)	-	(23)	-
Outras despesas financeiras	(97)	(106)	(106)	(416)
	(2.490)	(1.170)	(3.112)	(1.585)
Resultado financeiro líquido	11.148	8.817	20.154	10.497

20. Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	2024	31 de dezembro de 2025	2024
Receitas patrimoniais				
Rendimento de aplicações financeiras	14.966	12.392	-	12.394
Outras receitas patrimoniais	17	10	552	544
	14.983	12.403	552	12.938
Despesas patrimoniais				
Despesas de equiva-lência patrimonial	(3.765)	(1.304)	(3.328)	(1.307)
Outras despesas patrimoniais	-	-	(27)	(26)
	(3.765)	(1.304)	(3.355)	(1.334)
Resultado financeiro líquido	11.218	11.098	(2.803)	11.604

21. Imposto de renda e contribuição social: Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado.

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	2024
Resultado antes dos impostos e participações	(43.296)	(14.784)
Alíquotas		
IRPJ	25%	25%
CSLL	9%	9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas oficiais	14.721	5.027

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	2024
Diferenças permanentes		
Prejuízo fiscal sobre o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	(13.668)	(6.544)
Provisões indedutíveis	(2.801)	(7.061)
Outras adições e exclusões	(1.042)	3.735
Total	(17.511)	(9.870)
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado	(2.790)	(4.843)
Imposto de renda	(2.024)	(3.304)
Contribuição social	(766)	(1.539)

22. Capital regulatório: Patrimônio líquido ajustado, capital baseado em risco e ativos garantidores: A Companhia é uma operadora de plano de saúde e odontológico regulada pela ANS, que lhe impõe limites regulatórios com a adoção obrigatória do modelo de capital baseado em riscos. A ANS estabelece critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 526/2022. (a) O capital-base (CB) representa o valor mínimo do patrimônio líquido, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital de referência. (b) Capital baseado em riscos (CBR) define o montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores predeterminados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional. (c) Capital regulatório (CR) é o limite mínimo de patrimônio líquido ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital. (d) Risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operação no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões técnicas e relativas à precificação. (e) Risco de crédito é a medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito. (f) Risco de mercado é a medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços de imóveis. Risco operacional é a medida de incerteza que compreende os demais riscos enfrentados pela operadora relacionados aos procedimentos internos tais como risco de perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas

Diretoria

Fernando Miguel Augusto - Diretor de Contabilidade - CRC SP 319.932/O-0

Thiago Fontelles Freitas - Gerente Contábil - Demonstrações Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	2024	31 de dezembro de 2025	2024
Juros e atualizações monetárias de arrendamento	-	21	-	326
Imposto de renda e contribuição social	-	-	2.790	-
	(101.392)	(36.521)	(86.521)	(19.683)
(Aumento)/Diminuição das contas do ativo				
Contraprestações pecuniárias a receber	(5.348)	597	3.744	704
Aplicações financeiras	11.055	-	10.559	(265)
Créditos tributários e previdenciários	(6.323)	(3.854)	(10.482)	(4.037)
Estoques	-	-	-	(8.994)
Bens e títulos a receber e despesas antecipadas	(9.006)	3.313	(1.020.652)	3.313
Depósitos judiciais	(6.988)	2.837	(7.115)	2.775
Títulos e créditos a receber	(3.893)	-	(3.893)	-
Outros créditos a receber	2.472	-	989.413	309
Aumento/(Diminuição) das contas do passivo				
Provisões técnicas de operações de assist. saúde	94.613	-	86.345	-
Débitos de operações de assistência à saúde	108	-	108	-
Tributos e contribuições a recolher	177	(336)	(1.000)	(453)
Provisões para ações judiciais	(308)	(1.112)	(308)	(1.112)
Obrigações com pessoal	-	(73)	-	765
Débitos diversos	4.940	(603.772)	21.977	(613.013)
Caixa (utilizado nas atividades operacionais)	(19.893)	(638.920)	(17.825)	(639.692)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas atividades operacionais)	(19.893)	(638.920)	(17.825)	(639.692)

Contador

Emanuel Oliveira Jorge de Lima - Gerente de Contabilidade

	Controladora	
	31/12/2025	2025
Patrimônio líquido (A)	1.111.623	
Ajustes Obrigatórios (B)		
Ajustes devidos aos Efeitos Econômicos	(40)	
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) (C) = (A) - (B)	1.111.583	
Capital regulatório		
Capital de referência (Art. 3º - §1º RN 526/2022) (D)	73.149	
(x) Fator K - (RN nº 451/2020 - Anexo I - Tabela 2) (E)	4,35%	
Capital-Base (CB) (Capítulo II - Seção I) (F) = (D) * (E)	3.182	
Capital Baseado em Risco (CBR) (G)	38.552	
Risco de subscrição	8.212	
Risco de crédito	22.518	
Risco operacional	8.897	
Risco de mercado	5.698	
(-) Benefício da diversificação em riscos	(6.773)	
Capital regulatório (H) = maior entre (F) e (G)	38.552	
Suficiência/(Insuficiência) (C) - (H)	1.073.031	

23. Conciliação entre resultado líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais: Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), apresentamos a conciliação entre o resultado líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	2024	31 de dezembro de 2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	(46.086)	(32.299)	(46.086)	(19.627)
Depreciação e amortização	4.933	1.573	5.366	5.221
Amortização de direito de uso	1.808	-	3.277	-
Provisões técnicas de operações de assist. saúde	(43.178)	2.971	(43.178)	2.971
Provisão para perdas sobre créditos	2.610	3.297	2.610	3.307
Equivalência patrimonial	(11.201)	11.088	-	(11.087)
Baixa de ativo imobilizado	88	-	88	-
Baixa do intangível	46	-	(1.472)	-
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	980	6.333	980	6.542
Rendimento de aplicação financeira	(11.392)	7.331	(10.896)	(7.338)

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria

apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 23 de fevereiro de 2026
AUDIOESP - Auditoria e Consultoria S/S.
CRC nº 2SP013587/O-8 - CVM nº 7218
Jamir Tomaz Oliveira
CRC nº 1SP10056/O-8 - CNAI nº 1300

Pub Digital - 11-04-26 - HB SAÚDE SA - Relatório Administrativo pdf
Código do documento 80c79f1f-e0e3-4673-955e-5008ea14568e



Assinaturas



Anderson De Carvalho Sales
anderson.sales@diariodaregiao.com.br
Assinou

Anderson De Carvalho Sales

Eventos do documento

10 Apr 2026, 17:45:38

Documento 80c79f1f-e0e3-4673-955e-5008ea14568e **criado** por ANDERSON DE CARVALHO SALES (a4120835-0b23-4558-ab99-396f3891c048). Email: anderson.sales@diariodaregiao.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-10T17:45:38-03:00

10 Apr 2026, 17:46:24

Assinaturas **iniciadas** por ANDERSON DE CARVALHO SALES (a4120835-0b23-4558-ab99-396f3891c048). Email: anderson.sales@diariodaregiao.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-10T17:46:24-03:00

10 Apr 2026, 17:47:27

ANDERSON DE CARVALHO SALES **Assinou** (a4120835-0b23-4558-ab99-396f3891c048) - Email: anderson.sales@diariodaregiao.com.br - IP: 186.225.138.98 (antispam.diariodaregiao.com.br porta: 45060) - **Geolocalização: -20.7997461 -49.4148446** - Documento de identificação informado: 322.624.088-90 - DATE_ATOM: 2026-04-10T17:47:27-03:00

Hash do documento original

(SHA256):3283f4ebb2c64aa826d5075fb974b4f56c35fb065d2340387a1767324774676d
(SHA512):c7f5c363037c4115dceebdd692f324dded8e01d29bd499d3cf2e609a68db4e7cb807e8c71c48e1574c3ce5352645af28290f389c017600ccb852f5548ba5ed7a

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.